



Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC
Curso de Direito
Trabalho de Conclusão de Curso

Tutela jurídica de animais e abate no Brasil: uma reflexão sobre instrumentos e requisitos jurídicos

Gama-DF
2024

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA DE AQUINO DE ARAÚJO

Tutela jurídica de animais e abate no Brasil: uma reflexão sobre instrumentos e requisitos jurídicos

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof. Dr. Luís Felipe Perdigão de Castro.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA DE AQUINO DE ARAÚJO

Tutela jurídica de animais e abate no Brasil: uma reflexão sobre instrumentos e requisitos jurídicos

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama-DF, 23 de outubro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Luís Felipe Perdigão de Castro
Orientador

Profa. Me. Caroline Lima Ferraz
Examinadora

Profa. Me. Rhêmora Ferreira da Silva Urzêda
Examinadora

Tutela jurídica de animais e abate no Brasil: uma reflexão sobre instrumentos e requisitos jurídicos

José Carlos Oliveira de Aquino de Araújo¹; Luís Felipe Perdigão de Castro²

RESUMO

O presente estudo tem como escopo precípua expor, de forma objetiva e sintética, uma análise crítica jurídica acerca do retrospectivo e contemporâneo marco jurídico pátrio que abrange os animais, com enfoque nos direitos constitucionais, infraconstitucionais e infralegais que visam a garantir direitos básicos a esses seres. O problema de pesquisa consiste em indagar quais são os atuais instrumentos legislativos previstos no ordenamento jurídico sobre a dignidade da vida (e da morte) dos animais a serem abatidos para consumo humano e, nesse sentido, quais são os requisitos legais para o abate ser considerado “humanitário”. Metodologicamente, a pesquisa classifica-se como indutiva, descritiva e bibliográfica. Para tanto, serão averiguados minuciosamente conceitos e hipóteses doutrinárias, em nível nacional e mundial, e entendimentos jurisprudenciais acerca de direitos e características dos animais e a sua submissão compulsória perante o ser humano. A partir dessa ideia central, explanar-se-á, em caráter complementar e sem o intuito de exaurir o tema, a validação de concepções jusfilosóficas contrapostas, as quais abrangem a tutela da natureza e dos animais, examinadas sob a ótica do novo constitucionalismo latino-americano.

Palavras-chave: Direitos da Natureza; Direitos dos animais; Animais para abate; Abate Humanitário.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to present, in an objective and concise manner, a critical legal analysis of the retrospective and contemporary legal framework of Brazil that covers animals, focusing on constitutional, infra-constitutional and infra-legal rights that aim to guarantee the basic rights of these beings. The research problem consists of investigating which are the current legislative instruments provided for in the legal system regarding the dignity of life (and death) of animals to be slaughtered for human consumption and, in this sense, what are the legal requirements for slaughter to be considered “humane”. Methodologically, the research is classified as inductive, descriptive and bibliographical. To this end, doctrinal concepts and hypotheses will be thoroughly investigated, at national and global levels, as well as jurisprudential understandings on the rights and characteristics of animals and their compulsory submission to humans. Based on this central idea, the validation of opposing legal-philosophical conceptions will be explained, in a complementary manner and without the intention of examining the topic, which encompass the protection of nature and animals, examined from the perspective of the new Latin American constitutionalism.

Keywords: Rights of Nature; Animal rights; Animals for slaughter; Humane Slaughter.

¹ Graduando do Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: josecarlos201245@gmail.com.

² Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Direito Constitucional e Ambiental. Professor e orientador no mestrado em Direito, no IDP/DF. Professor de graduação em Direito, no UNICEPLAC, Faculdade Republicana e outras IES. E-mail: luis.castro@uniceplac.edu.br.